

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E O TRABALHO DOCENTE COLETIVO

Rodrigo Capparelli Fonsêca

FE-UNICAMP

cappare@yahoo.com

Mara Regina Lemes De Sordi

FE-UNICAMP

maradesordi14@gmail.com

Laboratório de Observação e Estudos Descritivos–LOED

Palavras-chave: trabalho docente coletivo; educação integral; qualidade social

Por onde caminhamos

Trata-se de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento em que se problematiza os desafios da participação democrática na/da escola frente a um trabalho docente coletivo atravessado pela experiência de implementação uma escola de educação integral.

A escola pesquisada, em 2013, foi selecionada (pela secretaria municipal) para participar do Projeto Piloto de Implementação da Escola de Educação Integral (EEI). A transição de uma escola de período parcial para uma EEI ampliou substancialmente seus compromissos, exigindo movimentos internos de ressignificação da

qualidade, provocando criticamente os sujeitos e o cotidiano escolares (BISSE, 2020).

O compromisso com a formação integral dos sujeitos, na perspectiva de uma formação humana ampliada (OLIVEIRA, 2017), invoca novas pactuações que devem “considerar os aspectos do tempo e espaço de **forma coletiva**, realizar planejamentos **conjuntos, integrar** as vivências individuais e os pensamentos diversos” (ELIAS *et al*, 2020, p.60, grifos nossos).

Essa nova dinâmica dialógica potencializa, por um lado, a construção de uma escola mais democrática, por outro, movimenta o cotidiano escolar em novos ritmos, dando a ver a escola como um espaço de contradições, de projetos históricos em disputa em diferentes dimensões.

Compreender como se dão as relações entre os sujeitos, considerando seus protagonismos entrecruzados, pode revelar elementos potentes que constituem a luta por um projeto de EEI democrático, de qualidade socialmente referenciada.

O jeito de caminhar

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, um estudo de caso do tipo etnográfico, já que “visa apreender a vida, tal qual ela é quotidianamente conduzida, simbolizada e interpretada pelos atores sociais nos seus contextos de ação” (SARMENTO, 2011, p.17).

A pesquisa envolve, além da imersão no cotidiano da escola, análise documental e registro em diário de campo (primeira etapa), para posterior entrevista com as/os professoras/es (segunda etapa) de onde derivarão as categorias de análise.

Neste trabalho pretendemos nos ater aos conhecimentos produzidos nesta primeira parte da pesquisa, quando analisamos documentos oficiais da escola, como atas de reuniões, seu PPP,

planos de avaliação e negociação com a SME e estivemos cerca de 400 horas em contato direto com a escola, sistematicamente registradas em cadernos de campo, acompanhando 3 professoras polivalentes dos 5º anos (EF). Neste período de imersão, pudemos vivenciar parte da rotina das professoras, participando das suas aulas, dos tempos pedagógicos, dialogando com diferentes sujeitos em momentos formais e não formais (corredores, pátio, sala das professoras).

Achados e perdidos ao longo do caminho

Na EEI a jornada mínima das professoras passa de 32h/a (horas/aula) semanais para 40h/a semanais; deste aumento, 6h/a por semana são destinadas aos tempos coletivos. Ou seja, 75% da ampliação de jornada é destinada para pensar e organizar coletivamente a escola, suas atividades, seus momentos de formação.

Já em 2013/2014, as/os professoras/es da escola reconheciam que as novas dinâmicas, decorrentes dos novos tempos coletivos, demandariam outras compreensões sobre trabalho coletivo:

Esta temática suscitou várias questões que pensamos e discutimos coletivamente na escola: seria o trabalho coletivo uma dinâmica nova na escola? O que é coletivo em uma escola? O que e como é o envolvimento individual em um coletivo? (...) Quais as implicações na formação do profissional e do tempo em conjunto para nós e os alunos? (ELIAS *et al*, 2020, p.60)

Nossa participação no cotidiano escolar revela que os questionamentos levantados acima continuam desafiando os sujeitos da EEI.

Durante uma reunião de Trabalho Docente Coletivo (TDC), que não contou com a participação das gestoras (ainda que estas tenham

determinado a pauta), as/os professoras/es conversavam entre si sobre assuntos variados. Quando a pauta perdia centralidade, a discussão ganhava corpo em críticas às condições de trabalho, considerando a concorrência entre o excesso de burocracia e o compromisso com a elaboração de estratégias pedagógicas diferenciadas:

A percepção de trabalho não remunerado gerou uma fala de uma professora que defendia que sem tempos pedagógicos adicionais (extras) não é possível fazer um trabalho diferenciado. Um professor colocou que se a escola quer um trabalho diferenciado, é preciso oferecer estes tempos extras para além dos tempos que já se tem [na **EEI**]. Todavia, o próprio **TDC** de hoje teve um longo tempo ocioso e poderia ter sido utilizado para a construção de um trabalho em parceria. Falta tempo?

(Caderno de campo, jul. de 2022)

A aridez das condições objetivas, própria da forma escola capitalista (FREITAS, 2010), sugeriu a carência de outros tempos coletivos, já que, na percepção das professoras, suas atribuições já não cabem naqueles instituídos.

A participação e a qualidade nos/dos tempos coletivos, em outro momento, nos levaram à seguinte reflexão:

Os tempos coletivos não são bem avaliados pela equipe. Segundo algumas professoras, a necessidade de tudo ser levado ao coletivo está errada. A reunião vira uma discussão sem fim sobre questões periféricas. Quanto os tempos coletivos vêm contribuindo para a formação humana ampliada dos alunos?

Democracia não se trata de falatório sem fim. Por um receio de serem avaliadas como autoritárias, as gestoras acabam sendo permissivas – a pauta desanda, nada se decide e o tempo coletivo não dá conta de elaborar os encaminhamentos. Acaba sobrando bastante para se decidir fora dos tempos coletivos – aumentando a exigência por mais tempo extra-regulamentar, não remunerado. Ou, ainda, acabam exigindo decisões não negociadas.

(Caderno de campo, abr. de 2022)

Os registros apresentados revelam contradições significativas entre a ampliação dos tempos coletivos e a qualidade do trabalho coletivo. Ressaltamos que a crítica **não** se substancia no contraste com uma escola idealizada, livre de conflitos e antagonismos. A crítica aqui proposta carrega a intenção de dialogar com os desafios concretos que se apresentam, pois compreende que “as mesmas condições adversas que podem concorrer, em termos materiais, para dificultar a participação podem também, de outro modo, contribuir para incrementá-la, a partir da adequada instrumentalização dessas condições” (PARO, 2017, p. 46).

Continuamos em movimento...

A ampliação dos tempos coletivos complexifica as relações humanas no espaço escolar, desafiando seus atores a elaborarem novas compressões sobre participação e democracia. Essa elaboração não se dá naturalmente. Exige reconhecer que “as comunidades escolares precisam assumir protagonismo na dialética da díade “denúncia/anúncio”, para demandar as condições para o processo de qualificação da escola pública” (SORDI; FREITAS, 2013, p.96). Exige, também, instituir processos que reconheçam que trabalhar coletivamente, sob a égide de princípios democráticos, é uma aprendizagem que só se desenvolve em exercício, de forma coletiva, pois, como nos auxilia Gadotti (2014), “nos formamos para a participação participando, enfrentando os desafios técnicos e políticos da participação. A participação é conquista político-pedagógica” (p.15).

Referências

BISSE, J. **Tempo e espaço na Educação Integral em Campinas: narrativas da Emefei Padre Francisco Silva**. Ed. Appris. Curitiba, 2020.

ELIAS, DPM *et al.* O trabalho coletivo no processo de mudanças na escola de educação integral. In: BISSE, J. **Tempo e espaço na Educação Integral em Campinas: narrativas da Emefei Padre Francisco Silva**. Editora Appris. Curitiba, 2020.

FREITAS, LC. Avaliação: para além da forma escola. **Educação: Teoria e Prática**, v. 20, n. 35, p. 89-99, jul./dez. 2010.

GADOTTI, M. Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional. In: CONAE. **O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração**. Coletânea de textos da Conae 2014 – Tema central e colóquios, 2014.

OLIVEIRA, SB. Formação humana e os significados das palavras em disputa: afinamento conceitual. In: SORDI, MRL; VARANI, A; MENDES, GSCV. (Org.). **Qualidade(s) da escola pública: reinventando a avaliação como resistência**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

PARO, VH. **Gestão democrática da escola pública**. [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2017.

SORDI, MRL; FREITAS, LC. Responsabilização participativa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 87-99, jan./jun. 2013.

SARMENTO, MJ. O Estudo de Caso Etnográfico em Educação. In: Zago, N; Carvalho, MP; Vilela, RAT (Org.) **Itinerários de Pesquisa – Perspectivas Qualitativas em Sociologia da Educação**, p.137-179. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.